

Divergências sobre influência partidária marcaram a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão nesta quinta-feira (27), que discutiu prejuízos no fundo de pensão dos servidores da Caixa (Funcf).

O presidente do fundo, Carlos Alberto Caser, prestou depoimento por seis horas na CPI, onde foi questionado sobre suspeitas de má gestão e investimentos de risco que teriam levado a um deficit de R\$ 5,5 bilhões nos últimos anos.

Caser preside o Funcf desde 2011 e atribuiu os prejuízos a desvalorizações sucessivas nos principais investimentos do fundo, como os ativos da Vale e as aplicações na Bolsa de Valores de São Paulo.

Apesar de filiado ao PT, ele garantiu que não sofre influência política na orientação dos investimentos e que o fundo tem liquidez suficiente para garantir o pagamento de benefícios aos servidores da Caixa.

"Nenhum diretor da fundação [Funcf] pode solitariamente decidir qualquer tipo de investimento. As decisões são colegiadas. Temos 64 normas que cuidam especificamente de governança e investimentos mobiliários", declarou.

Investimentos de risco

No entanto, o relator da CPI, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), e sub-relatores citaram uma série de investimentos considerados de risco, que, segundo eles, ajudaram a aprofundar o deficit do Funcf.

Entre esses investimentos, há alguns que foram alvo da operação Lava Jato, da Polícia Federal, como o aporte de recursos na Sete Brasil, empresa de investimento criada com o aval da Petrobras para explorar negócios em torno do pré-sal; e na Bancoop, fundo da cooperativa habitacional dos bancários de São Paulo, que já foi presidida pelo ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso na Lava Jato.

Um dos sub-relatores da CPI, o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) ressaltou que os recursos do Funcf pertencem aos servidores da Caixa e criticou os investimentos. "Esses investimentos desafiam um pouco a lógica. O deficit atuarial está apontado: tem seus motivos estruturais, mas tem alguns de gestão."

O presidente da CPI, deputado Efraim Filho (DEM-PB), leu trecho de relatório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que reconhece aperfeiçoamento nos mecanismos de controle do Funcf, mas alerta que nem todas as orientações técnicas são devidamente seguidas na definição de investimentos.

Pedido de afastamento

Líderes de oposição afirmaram não haver dúvidas quanto à influência do PT no Funcf a fim de beneficiar projetos de interesse do governo federal. Alguns líderes, como o deputado Rubens Bueno (PPS-PR), defenderam o afastamento imediato de Caser.

"A sua trajetória é a mesma de João Vaccari Neto, trajetória do sindicato dos bancários. Em um país sério, o senhor não estaria nem um dia a mais na sua função como presidente. O senhor terá de ser julgado pelos prejuízos que causa ao Brasil", disse Bueno.

Doação de campanha

Também provocou bate-boca na CPI a afirmação de Caser sobre contribuição de R\$ 13 mil, como pessoa física, para a campanha eleitoral da deputada Erika Kokay (PT-DF). O deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) chegou a questionar a participação da deputada na audiência pública.

Integrante da CPI, Erika Kokay disse se orgulhar de ter a sua campanha transparente e legalmente financiada apenas por pessoas físicas, na maioria bancários, como ela e Caser.

A deputada criticou a oposição por partidarizar a discussão e ignorar que os investimentos dos fundos de pensão são de longo prazo, com grande perspectiva de retorno financeiro no futuro. Kokay ressaltou ainda que a gestão de Caser ajudou o patrimônio do Funccef a subir de R\$ 9 bilhões, em 2003, para quase R\$ 56 bilhões neste ano.

"Não existe nenhuma ação que esteja sendo impetrada contra o depoente, nenhum auto de infração. O depoente está sendo acusado porque é filiado ao Partido dos Trabalhadores. É preciso que tiremos daqui essa tentativa de criminalização do PT e possamos nos dedicar às medidas que estão sendo tomadas para que tenhamos mais segurança no processo de investimento", disse a deputada.

Na próxima semana, a CPI dos Fundos de Pensão vai ouvir os dirigentes dos fundos de pensão dos servidores da Petrobras (Petros) e do Banco do Brasil (Previ).

Fonte: [Câmara Notícias](#), em 27.08.2015.